

**PARECER N<sup>o</sup> \_\_\_\_\_, DE 2003**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2003 (nº 1.210, de 2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Cametá – Asfiac, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.*

RELATOR: Senador **LUIZ OTÁVIO**

**RELATOR AD HOC: Senador GARIBALDI ALVES FILHO**

## I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2003 (nº 1.210, de 2001, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 543, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE CAMETÁ (Asfiac), a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## **II – ANÁLISE**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste poderá ser efetuado por meio de emenda de redação que propomos ao final.

## **III – VOTO**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não

havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE CAMETÁ (Asfiac), a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

**EMENDA Nº                    – CE**

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 225, de 2003, a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a **Associação dos Filhos e Amigos de Cametá – Asfiac**, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003.

, Presidente

, Relator

## TEXTO FINAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO

Nº 225, DE 2003

*Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE CAMETÁ – ASFIAC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a **Associação dos Filhos e Amigos de Cametá – Asfiac**, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cametá, Estado do Pará.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003.

Senador Osmar Dias, Presidente

, Relator